

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

O tempo On line MG

Deputados abrem nova CPI do Carf

15/01/2016

Cunha confirma que assinará autorização para nova comissão ainda no início de fevereiro

BRASÍLIA. O início dos trabalhos legislativos, no próximo mês, trará junto a criação de uma nova CPI. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) confirmou que irá assinar a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a venda de sentenças no Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf).

No começo do 2015, uma CPI do Carf foi criada no Senado para investigar irregularidades nos julgamentos do Conselho. No entanto, o relatório final da CPI indiciou 28 pessoas, nenhuma delas políticos e foi considerado um fracasso.

A nova comissão deve se basear em dados da operação Zelotes, da Polícia Federal, que mostra um esquema de fraudes no Carf que pode ter levado a um prejuízo de R\$ 19 bilhões à Receita Federal.

Eduardo Cunha confirmou que o requerimento que pede a instauração cumpriu os requisitos legais. No início de 2016, o prazo de funcionamento de outras duas CPIs na Câmara se encerra. Com isso, haverá espaço também para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar dirigentes da Fifa presos por suposta participação em um esquema de corrupção. As duas CPIs que estão perto do fim são a dos Maus-Tratos a Animais (3 de fevereiro) e a do BNDES (18 de fevereiro).

As outras três (CPIs dos Fundos de Pensão, dos Crimes Cibernéticos, e do Inkra e da Funai) vão manter as investigações pelo menos até março e abril.

Logo na primeira semana de fevereiro, a CPI que apurou maus-tratos aos animais se reúne para concluir a votação do relatório final, do deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP). O texto-base já foi aprovado no fim de dezembro, mas o presidente da comissão, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), prevê mudanças, sobretudo quanto a citações aos casos de maus-tratos em rodeios e vaquejadas, que não são admitidos pela bancada ruralista.

No caso da CPI do BNDES, o relator, deputado José Rocha (PR-BA), reclama de falta de tempo para a comissão cumprir a meta de investigar as irregularidades em empréstimos do banco entre 2003 e 2015.

A CPI ouviu mais de 20 pessoas, mas houve polêmicas entre governo e oposição em torno de algumas convocações. Rocha informou que ninguém mais será ouvido e que as reuniões restantes serão dedicadas à apresentação de sub-relatórios e à discussão e à votação do relatório final.

Já encerradas

Balanço. A atual legislatura teve outras quatro CPIs, já extintas, que investigaram a Petrobras, a violência contra jovens negros e pobres, o sistema carcerário e a máfia das órteses e próteses.

Três MPS trancam a pauta na Câmara

Trancado. Se o ritmo nas CPIS anda forte, no plenário há percalços pela frente para que os trabalhos fluam. Dezenove medidas provisórias (MPs) estão em tramitação no Congresso Nacional. Desse total, três (692/15, 695/15 e 696/15) já estão trancando a pauta de votações da Câmara dos Deputados, em cujo plenário tem início a votação dessas proposições.

Regra. De acordo com a Constituição, as medidas provisórias trancam a pauta do plenário da Casa onde estiverem tramitando 45 dias depois da sua edição, desde que tenham sido votadas por comissão mista - de deputados e senadores - encarregada de analisá-la.

Na espera . Do total de MPs, 18 foram editadas em 2015 e uma em 2016. Algumas MPs, por terem sido editadas no recesso parlamentar ou próximo a ele, ainda não tiveram suas comissões mistas instaladas.

CPI do HSBC recebe dados do Swissleaks

BRASÍLIA . O governo da França acatou um pedido feito pela CPI do HSBC, em funcionamento no Senado, e decidiu compartilhar com a comissão todas as informações sobre as mais de 8.000 contas de correntistas brasileiros na Suíça, a maioria não declarada ao Banco Central e à Receita Federal.

Os dados sobre as contas foram vazados no ano passado no caso conhecido como SwissLeaks, que englobou um conjunto de arquivos de uma agência do banco HSBC na Suíça. O caso foi revelado pelo ICIJ (Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, na sigla em inglês), um consórcio internacional de jornalistas investigativos. De acordo com as apurações, as contas possuem mais de US\$ 7 bilhões depositados.

A lei da repatriação, sancionada na quarta (13) pela presidente Dilma Rousseff pode beneficiar algumas das pessoas com contas secretas na Suíça. A repatriação prevê multa e pagamento de impostos

Diário do Amapá – On Line AL

Cunha diz que assinará criação de CPI do Carf no início de fevereiro

15/01/2016

Operação Zelotes investigou venda de sentença do órgão ligado à Receita.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirmou nesta quarta-feira (13) ao G1 que assinará no início de fevereiro, após o recesso parlamentar, o ato de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a venda de sentenças do Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf), última instância de recursos de processos administrativos que envolvem tributos federais administrados pela Receita Federal.

Em 2015, o Senado instalou uma CPI para investigar irregularidades nos julgamentos do Carf. A comissão encerrou os trabalhos em dezembro, com a recomendação para que haja aperfeiçoamento da legislação tributária. O relatório final pedia o indiciamento de 28 pessoas, entre assessores, representantes de empresas, servidores públicos e lobistas. O relatório não pediu indiciamento de nenhum político.

No caso da Câmara, no próximo mês, acabará o prazo de funcionamento de duas das cinco CPIs instaladas em 2015. A CPI do Carf é a próxima da fila e Cunha confirmou que o requerimento que pede a instauração cumpriu os requisitos legais, como fato determinado para a investigação.

De autoria do deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), o pedido de criação dessa comissão leva em conta dados da Operação Zelotes, deflagrada em março de 2015 pela Polícia Federal. A operação apontou um esquema de fraudes nos julgamentos do Carf que pode ter provocado prejuízo de pelo menos R\$ 19 bilhões à Receita Federal. No decorrer da Zelotes, a PF também passou a investigar a suposta venda de medidas provisórias na Câmara, o que também pode vir a ser alvo da nova CPI.

Conforme a PF, empresas teriam pagado propina a deputados para incluir alterações nas MPs que lhes concederiam benefícios fiscais. São alvos da investigação da PF duas medidas provisórias editadas no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e uma editada no governo Dilma Rousseff.

Denunciado pela Procuradoria Geral da República (PGR) por supostamente receber propina no esquema de corrupção da Petrobras, Cunha também é investigado em inquérito sigiloso no Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de participar do esquema de venda de MPs, o que ele nega.

Citado durante as investigações, o ex-presidente Lula prestou depoimento à Polícia Federal em 6 de janeiro. O filho caçula dele, Luís Cláudio Lula da Silva, é oficialmente investigado pela Zelotes em razão de uma de suas empresas ter sido contratada por aproximadamente R\$ 2 milhões pela Marcondes & Mautoni, acusada de fazer lobby para a aprovação dessas medidas provisórias suspeitas